

Curso de Formação Profissional “Excel para Financeiros”, de 3 a 12/09/2007 (28 horas);

Curso “Gestão de Conflitos”, de 4 a 20/06/2007 (36 horas);

Curso “Liderança e Gestão de Equipas”, de 20/04 a 18/05/2007 (36 horas);

Colóquio “A Reforma das Finanças Locais”, em 15/03/2007;

Seminário “Rumo à Nova Lei das Finanças Locais em Portugal”, em 21/02/2007;

Ação de Formação Permanente “Contabilidade Pública”, de 8 a 11/01/2007 (32 horas);

Regime Jurídico de Despesa Pública e Contratação Pública”, de 14 a 18/03 e 21/03/2005 (21 horas)

Contencioso Administrativo, de 17 a 20/01 e 24 e 25/01/2005 (21 horas);

Ação de Formação “A Função Preditiva da Informação Contabilística, Controlo Interno na Administração Pública, O Mecenato e outros Benefícios Fiscais, A Incidência da Reforma da Tributação do Património na Contabilidade e nos restantes Impostos”, em 13/10/2004;

Curso “POCAL — Encerramento e Prestação de Contas”, em 9 e 10/03/2004;

Curso “POCAL — Fiscalização e Prestação de Contas”, em 20/03/2003 (6 horas);

Ação de Formação “Ética e Deontologia Profissional, Relato Financeiro e Análise de Balanços, IVA — Al

Algumas Particularidades”, em 21/09/2001;

Conferência e Seminário “Planos Oficiais de Contabilidade Pública POCAL/POCP”, de 17 a 19/09/2001;

Ação de Formação “Aspectos Práticos de Imposto de Selo e IVA” e “Desafios e Perspectivas Fiscais para 2001”, em 8 e 09/05/2001;

Curso “POCAL — Prestação de Contas (módulo 6)”, em 27 e 28/03/2001 (12 horas);

Curso “Regime Jurídico de Férias, Faltas e Licenças”, em 8, 9, 15 e 16/03/2001 (28 horas);

Curso “POCAL — Inventário e Património”, de 12 a 16/02/2001 (35 horas);

Curso “Contabilidade Autárquica”, de 11 a 13/12/2000;

Ação de Formação “Contabilidade vs. Fiscalidade”, em 02/10/2000;

Ação de Formação “Orçamento do estado e Imposto do Selo”, em 19/06/2000;

Ação de Formação “Encerramento e Prestação de Contas”, em 22/02/2000;

Ação de Formação “Contabilidade vs. Fiscalidade”, em 17/11/1999;

Seminário “Demonstrações Financeiras e IVA Intracomunitário”, em 30/06/1999;

Curso “Fiscalidade”, de 13/09 a 04/10/1999 (45 horas);

6 de Agosto de 2008. — A Presidente da Câmara, *Maria das Dores Marques Banheiro Meira*.

300673404

Aviso n.º 22656/2008

Contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, para a categoria de auxiliar técnico de educação, com João Carlos Ascensão Gomes com início em 4 de Agosto de 2008, ao abrigo do disposto nos artigos 3.º e 9.º, n.º 1, alínea *h*), e 10.º, todos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato de trabalho da Administração Pública), 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e 9.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho.

6 de Agosto de 2008. — O Vereador, com competência delegada, *Rui Manuel Higino José*.

300673186

Aviso n.º 22657/2008

Reclassificação profissional

Para os efeitos previstos no artigo 37.º, n.º 1, alínea *a*) e 118.º, n.º 4, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se torna público que, por meu despacho, de 4 de Agosto de 2008, Paulino José Loureiro Mira, foi nomeado definitivamente mediante o procedimento de reclassificação profissional para a categoria de Fiscal de Serviços de Higiene e Limpeza,

com posicionamento no escalão 1, índice 151, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 3.º, e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 6.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, anexo I a que se refere o artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, conjugado com o anexo II, do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Esta nomeação produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

6 de Agosto de 2008. — O Vereador, com competência delegada, *Rui Manuel Higino José*.

300673137

Aviso n.º 22658/2008

Concurso externo de ingresso para admissão de estagiários com vista ao provimento de dois lugares da categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior jurista admissão ao estágio — Contrato de trabalho a termo resolutivo.

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, de 05/08/2008, Dora Cristina Lopes Angelino, foi admitida em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com início a partir de 28 de Julho de 2008, prorrogável até ao termo do período de estágio de ingresso na carreira caso venha a ser concluído com sucesso, para a categoria de técnico superior jurista de 2.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 118.º, n.º 1 e 117.º, n.º 2, alínea *b*), da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e de acordo com o disposto nos artigos 3.º e 9.º, ambos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato de trabalho da Administração Pública), e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

7 de Agosto de 2008. — A Presidente da Câmara, *Maria das Dores Marques Banheiro Meira*.

300673348

Aviso n.º 22659/2008

Contrato de trabalho a termo resolutivo certo — Renovação

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo pelo prazo de um ano, com Maria Eugénia da Conceição Pinheiro Afonso, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2008 e termo em 17 de Dezembro de 2009, para a categoria de cozinheiro, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 1.º, 10.º, n.º 2, ambos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública) e 139.º e 140.º ambos do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e 14.º, n.º 3 do Decreto-Lei 427/89, de 7 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. Isento de visto do Tribunal de Contas.

8 de Agosto de 2008. — O Vereador, com competência delegada, *Rui Manuel Higino José*.

300673234

Aviso n.º 22660/2008

Reclassificação profissional

Para os efeitos previstos no artigo 37.º, n.º 1, alínea *a*) e 118.º, n.º 4, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se torna público que, por meu despacho, de 7 de Agosto de 2008, Filomena Maria Silva Martins, foi nomeada definitivamente mediante o procedimento de reclassificação profissional para a categoria de Assistente Administrativo, com posicionamento no escalão 1, índice 199, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 3.º, 4.º, e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 4.º, alínea *e*), 6.º, n.º 1, 1.ª parte, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e 8.º, n.º 1, alínea *b*), do Dec. Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Esta nomeação produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*. (Isento de Visto do Tribunal de Contas.)

8 de Agosto de 2008. — O Vereador, com competência delegada, *Rui Manuel Higino José*.

300673218